



SIMPEX

CNPJ Nº 07.734.631/0001-83

Coleta, Transporte e Destino Final de Resíduos Sólidos Urbanos Ltda.

A
COORDENADORIA DE COMPRAS (COPAM) DA SECRETARIA MUNICIPAL DA
FAZENDA, POR MEIO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IJUI –
RS.

CONCORRÊNCIA Nº. 03/2020
PROCESSO Nº 862/ 2020

SIMPEX - SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 07.734.631/0001-83, com sede à Avenida Independência, nº 23, em Palmeira das Missões – RS, neste ato representada por seu sócio proprietário João Manoel da Silva Neto, portador do RG Nº 1104341704 e CPF Nº 019745330-93, residente e domiciliado em Palmeira das Missões – RS, vem, perante Vossa Senhoria, **APRESENTAR RECURSO ADMINISTRATIVO EM FACE DA DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO QUE ENTENDEU POR INABILITAR A RECORRENTE** no processo licitatório em apreço, expondo para tanto os fatos e fundamentos a seguir deduzidos:

I – DOS FATOS

Atendendo ao chamamento dessa Augusta Comissão de Licitação para o certame licitatório, modalidade **CONCORRÊNCIA Nº. 03/2020**, a recorrente e outras licitantes, dele vieram participar.

Sucede que, após a abertura dos envelopes e análise da documentação de habilitação do processo licitatório em epígrafe, amparando-se na análise técnica proferida pelo Setor de Engenharia do Órgão Requisitante e análise do setor contábil do Município, entenderam **por inabilitar a empresa Simplex Ltda.** pelo seguinte:

“QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: o licitante e responsável técnico apresentaram documentos que comprovam que realizam a coleta em municípios menores do que Ijuí, ou seja, com quantitativo de resíduos gerados significativamente inferiores. Os quantitativos apresentados também estão



SIMPEX

CNPJ Nº 07.734.631/0001-83

Coleta, Transporte e Destino Final de Resíduos Sólidos Urbanos Ltda.

inferiores ao do município. Não restou claro se a empresa realizou serviço de coleta seletiva. A licitante não apresentou declaração de isenção ou licença ambiental vigente, juntando uma autodeclaração de isenção de licença ambiental."

7.1.4 A documentação relativa a **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consistirá em:

b.3) Comprovar ser detentor de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando responsabilidade técnica pela execução de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos de no mínimo 01 (um) ano com o objeto da presente licitação. O atestado apresentado deverá estar registrado na entidade profissional competente, comprovado mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT ou documento equivalente, do profissional;

A empresa Simplex apresentou dois atestados de capacidade técnica, um do município de Palmeira das Missões e outro do município de Não-Me-Toque.

O atestado de Palmeira das Missões mostra que foram recolhidos o equivalente a 48.428,00 toneladas num período de 54 meses, onde essa quantidade dividida pelo número de meses **equivale a média de 896 toneladas/mês.**

O atestado de Não-Me-Toque mostra que foram recolhidos o equivalente a 9.000,00 toneladas num período de 34 meses, onde essa quantidade dividida pelo número de meses **equivale a média de 264 toneladas/mês.**

Somando os dois atestados alcançamos a **média de 1.160 toneladas/mês.**

Por outro lado, o Município de Ijuí estimou em 1.391 toneladas/mês, portanto o nosso Atestado **equivale a mais de 83% (oitenta e três por cento) dos quantitativos estimados na Licitação**, e dentro desses percentuais, deve ser habilitada uma vez que os atestados **são compatíveis com o objeto da licitação**. Portanto os quantitativos apresentados não são significativamente menores dos estimado pelo Município de Ijuí.

Quanto a referência "*Não restou claro se a empresa realizou serviço de coleta seletiva*", basta uma simples leitura no item 2 do referido Atestado **"serviços de coleta seletiva"**.

2. Objeto do contrato: **Serviços de coleta seletiva, transporte, separação e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares urbano e das sedes dos Distritos de Santa Teresinha, Santa Rosa, São Bento e Quebrado, do Município de Palmeira das Missões/RS.**



SIMPEX

CNPJ Nº 07.734.631/0001-83

Coleta, Transporte e Destino Final de Resíduos Sólidos Urbanos Ltda.

Assim sendo, a empresa Simpex atendeu o exigido no item em apreço.

Quanto "A licitante não apresentou declaração de isenção ou licença ambiental vigente, juntando uma autodeclaração de isenção de licença ambiental."

e) Licenciamento ambiental e/ou declaração de Isenção da FEPAM para a execução dos serviços objeto da licitação, preferencialmente indicando a qual item da licitação refere-se a documentação apresentada;

e1) Caso o órgão ambiental não emitir a declaração de isenção em tempo hábil, poderá ser apresentada a cópia da solicitação no momento da licitação e, a posterior, deverá ser apresentada na assinatura do contrato.

Conforme Portaria FEPAM Nº 55/2016:

Art. 5º Esta Portaria dispensa a declaração de isenção de licenciamento.

Art. 6º Serão arquivados os requerimentos de Declaração de Isenção de Licenciamento protocolados na FEPAM em data anterior à publicação desta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Alegre, 16 de agosto de 2016.

Ana Maria Pellini

Diretora- Presidente da FEPAM

A Declaração de Isenção para a execução dos serviços objeto da licitação **não é mais expedida pela FEPAM**, conforme se verifica na Portaria FEPAM Nº 55/2016, bem como, na troca de e-mails entre a bióloga da empresa Simpex e a química da FEPAM em anexo.

Inclusive, a química da FEPAM faz referência que as atividades isentas de licenciamento constam no anexo III da Resolução CONSEMA nº 372/2018, conforme foi apresentado na documentação para participação da licitação em apreço.

Assim sendo, a Declaração de Isenção apresentado por empresas participantes não está mais em vigor, **o que deve ser verificado junto ao site da FEPAM e consequentemente**, devem ser desabilitadas por não terem apresentado documento correto.



SIMPEX

CNPJ Nº 07.734.631/0001-83

Coleta, Transporte e Destino Final de Resíduos Sólidos Urbanos Ltda.

Portanto a empresa recorrente cumpriu com o exigido no item em apreço, apresentando o documento disponibilizado pela FEPAM.

II – DAS RAZÕES DA REFORMA

A Comissão de Licitação ao considerar a recorrente inabilitada sob o argumento acima enunciado incorreu na prática de ato manifestamente descabida.

Com respeito, Nobre Presidente, por melhores que sejam as intenções do Instrumento Convocatório, verifica-se que a citada exigência, no nível de Vosso entendimento, não merece prosperar, tão pouco se sustenta, tendo em vista que a referida exigência não encontra refúgio em nosso ordenamento jurídico vigente.

Não é cabível excluir propostas vantajosas ou potencialmente satisfatórias por tratamento de extremo rigor. A isonomia não obriga adoção de formalismo irracional. Atende-se ao princípio da isonomia quando se assegura que todos os licitantes poderão ser beneficiados por idêntico tratamento menos severo. **Aplicando o princípio da proporcionalidade**, poderia cogitar-se até mesmo de correção de defeitos secundários nas propostas dos licitantes.

Deve-se atentar sempre para que as exigências de qualificação técnica **não sejam desarrazoadas a ponto de frustrar o caráter competitivo do certame.**

Tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, devendo tão somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais.

Salienta-se que a Recorrente possui a capacidade técnica para atender integralmente as obrigações assumidas, já demonstrada através da execução de diversos serviços e obras públicas.

Também se deve reconhecer que a idoneidade para executar o objeto licitado pode ser evidenciada por meio da execução de obras ou serviços



SIMPLEX

CNPJ Nº 07.734.631/0001-83

Coleta, Transporte e Destino Final de Resíduos Sólidos Urbanos Ltda.

similares, a não ser que exista alguma justificativa lógica, técnica ou científica que dê respaldo a tanto.

Outrossim, a gestão e a fiscalização do contrato são instrumentos de fundamental importância, pois possibilitam um maior controle da atuação da contratada, inclusive com a aplicação de sanções e, eventualmente, a rescisão contratual, caso o interesse público assim o demandar. Desse modo, estará cumprindo seu papel com a responsabilidade que se espera, além de zelar pelo bom uso dos recursos públicos.

III – DAS RAZÕES JURÍDICAS

O afastamento de uma possível contratação mais vantajosa pelo simples fato do não acolhimento dos atestados apresentados, seja o de Palmeira das Missões sozinho ou a soma do atestado de Palmeira das Missões com o atestado de Não-Me-Toque, constitui uma violação à ordem jurídica, em especial aos princípios da competitividade, da economicidade e da razoabilidade e proporcionalidade, bem como da eficiência, afastando-se uma contratação mais vantajosa e onerando os cofres públicos sem qualquer necessidade.

O artigo 37, inciso XX I, da Constituição Federal, estabelece que somente serão permitidas, nos processos licitatórios, exigências de qualificação técnica e econômica “indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”. Acórdão TCU 768/2007 Plenário

A qualificação técnica da empresa, também chamada de capacidade técnico-operacional, encontra previsão legal na primeira parte do inciso II do art. 30 da Lei de Licitações. Assim, o edital pode prever a necessidade de apresentação de atestados para a **“comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento”**, conforme dispõe a norma (BRASIL, 1993).

O TCU constantemente reafirma que a comprovação da capacidade técnica deve ser norteadada pelo art. 37, XXI da CF, que somente admite exigências de qualificação técnica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. Em um de seus acórdãos, o tribunal proferiu a seguinte decisão (BRASIL, TCU, 2006d): “Sobre a comprovação de capacidade técnico-operacional



SIMPEX

CNPJ Nº 07.734.631/0001-83

Coleta, Transporte e Destino Final de Resíduos Sólidos Urbanos Ltda.

referente a itens irrelevantes ou de valor insignificante frente à estimativa global da obra, acompanho, em grande parte, as conclusões da unidade instrutiva, que se pronunciou pela ilegalidade das exigências. Entretanto, destaco que a jurisprudência deste Tribunal – Decisão 1.618/2002 e Acórdão 515/2003, ambos de Plenário – já se manifestou no sentido de que o art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993 somente se aplica à qualificação técnico-profissional, **estando a limitação da capacidade técnico-operacional insculpida no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, o qual somente permite exigências de qualificação técnica e econômica que sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações** (grifo nosso).

Ademais, é sabido de todos que os atos administrativos devem ser devidamente motivados, sob pena de invalidar aquilo que foi praticado. Assim, tendo em vista o caráter acessório de Atestado, harmonizando-se os princípios do julgamento objetivo e do princípio da vinculação ao instrumento convocatório com a busca pela proposta mais vantajosa e a necessidade de utilização do formalismo moderado.

Ademais, corroborando o entendimento acima exposto, tem-se **que as normas que regem o processo licitatório devem sempre ser interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes**, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

Ocorre que, apesar do art. 30 e da Súmula/TCU 263 se referirem, respectivamente, à comprovação de “atividade pertinente e compatível” e “serviços com características semelhantes”, é bastante comum verificar editais que trazem a necessidade de os licitantes apresentarem atestados de capacidade técnica que comprovem a execução específica do objeto do certame, sob pena de inabilitação.

Foi exatamente essa a situação posta à análise do TCU no Acórdão 553/2016-Plenário da relatoria do Min. Vital do Rêgo.

No caso, o órgão realizou pregão eletrônico para a contratação de serviços de secretariado e entendia ser “obrigatória a desclassificação de qualquer licitante que não cumprisse o exigido e não comprovasse, por atestados, na forma, quantidade e prazo definidos no edital, que já houvesse prestado serviços de secretariado”, desconsiderando, assim, quaisquer atestados que comprovassem a execução de serviços em mão de obra distinta, como limpeza, apoio administrativo, jardinagem, etc.



SIMPEX

CNPJ Nº 07.734.631/0001-83

Coleta, Transporte e Destino Final de Resíduos Sólidos Urbanos Ltda.

Ao final, concluiu o Tribunal de Contas da União que, em licitação para serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, devem ser exigidos atestados que comprovem aptidão para gestão de mão de obra, ao invés da comprovação da boa execução de serviços idênticos.

Destacou-se também a possibilidade de que situações excepcionais requeiram a comprovação de capacidade técnica específica do objeto em disputa. Nessas hipóteses, de acordo com o TCU, a consignação pública e expressa das razões que fundamentam a exigência torna-se requisito indispensável.

A propósito, não se trata de entendimento recente, conforme é possível constatar nos seguintes acórdãos relacionados:

“Deve-se ter em mente que este Tribunal tem precedentes no sentido de que a compatibilidade entre os serviços anteriores e o serviço licitado deve ser entendida **como condição de similaridade e não de igualdade.**” Acórdão 1.140/2005-Plenário.

“111. Nesse ponto, parece residir a principal discussão a ser enfrentada – que espécie de aptidão deve ser requerida para a execução de contratos de serviços de natureza continuada, em que esteja caracterizada cessão de mão de obra. (...)”

114. O que importa é perceber que a habilidade das contratadas na gestão da mão de obra, nesses casos, é realmente muito mais relevante para a Administração do que a aptidão técnica para a execução dos serviços, inclusive porque estes apresentam normalmente pouca complexidade. Ou seja, nesses contratos, dada a natureza dos serviços, interessa à Administração certificar-se de que a contratada é capaz de recrutar e manter pessoal capacitado e honrar os compromissos trabalhistas, previdenciários e fiscais. É situação muito diversa de um contrato que envolva complexidade técnica, como uma obra, ou de um contrato de fornecimento de bens, em que a capacidade pode ser medida tomando-se como referência a dimensão do objeto – que serve muito bem o parâmetro de 50% usualmente adotado.” Acórdão 1.214/2013 – Plenário.



SIMPLEX

CNPJ Nº 07.734.631/0001-83

Coleta, Transporte e Destino Final de Resíduos Sólidos Urbanos Ltda.

Importa trazer a baila que o que dispõe o § 5º do artigo 30 da Lei 8666/93 reza que:

§ 5º É **vedada** a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, **ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.** (negritei)

A Lei de Licitação em nenhum momento concede a possibilidade de exigir um número mínimo de atestados. A Administração não possui discricionariedade para tal, ou seja, não pode exigir algo que a lei não lhe permita.

Hely Lopes Meirelles, pai do Direito Administrativo Brasileiro leciona que " Na Administração Pública, não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto, na Administração pessoal é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe. Na Administração Pública só é permitido fazer aquilo que a lei autoriza." (grifo nosso)

Ademais, o particular pode em apenas um contrato ter executado objeto idêntico ou até superior a do objeto licitado, em que apenas este atestado já seria suficiente para demonstrar a capacidade da empresa.

Acerca do assunto, o professor Carlos Pinto Coelho Motta leciona:

"Não é admissível a exigência de número mínimo, ou máximo, ou mesmo certo, de atestados de capacitação técnica" (in Eficácia nas Licitações e Contratos, 11ª ed., Belo Horizonte, Del Rey, 2008. p. 377).

A Corte de Contas da União vêm traçando diretrizes a respeito da matéria orientando os órgãos públicos para afastarem este tipo de regra que restringe o universo dos participantes, a saber:

"[...] abstenha-se de exigir a apresentação de número mínimo e certo dos atestados de capacidade técnica, observando o que dispõe o art. 30, inciso II e §§ 1º e 3º, da Lei nº 8.666/93 e respeitadas decisões desta Corte de Contas [...]" (TCU. Processo nº TC-004.960/2000-6. Acórdão nº 73/2003 – 2ª Câmara)





SIMPLEX

CNPJ Nº 07.734.631/0001-83

Coleta, Transporte e Destino Final de Resíduos Sólidos Urbanos Ltda.

"[...] observe, nos futuros certames que realizar, as disposições contidas no § 1º do art. 30 da Lei 8666/93, abstendo-se de exigir número mínimo ou número certo de atestados de capacidade técnica, de acordo com entendimento desta Corte firmado nas decisões Plenárias nº 134/1998 e nº 192/1998 [...]" (TCU. Processo nº TC-007.493/2000-3. Decisão nº 392/2001 – Plenário)

Contratação de projetos de obra pública: 1 – É ilícita a exigência de número mínimo de atestados de capacidade técnica, **assim como a fixação de quantitativo mínimo nesses atestados superior a 50% dos quantitativos dos bens ou serviços pretendidos**, a não ser que a especificidade do objeto recomende o estabelecimento de tais requisitos

Representação formulada por empresa acusou possíveis irregularidades no edital da Tomada de Preços n. 05/2011, do tipo técnica e preço, promovida pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região – Creci/SP, que tem por objeto a contratação de serviços de elaboração de projetos de execução da obra de reforma e adaptação da sede da entidade. O relator, em consonância com a unidade técnica, considerou configurada ilicitude nos requisitos para demonstração de capacitação técnica das licitantes. O edital exigiu a apresentação de dois atestados ou declarações de capacidade técnica, devendo, cada um deles, conter "quantitativos mínimos de serviços de elaboração de projeto arquitetônico, compatíveis e pertinentes com o objeto da licitação (8.000 a 12.000 m²), com área construída não inferior a 4.000 m²". Ressaltou que a jurisprudência do Tribunal aponta no sentido de que "a Administração Pública deve se abster de estabelecer número mínimo de atestados de capacidade técnica, a não ser que a especificidade do objeto o recomende, situação em que os motivos de fato e de direito deverão estar devidamente explicitados no processo administrativo da licitação". Asseverou que, no caso concreto, tal circunstância não restou evidenciada. Além disso, a citada exigência demandava a comprovação de prévia elaboração de projetos para área de cerca de 8.000 m², que é "bem superior ao limite de 50% da área construída objeto da licitação". Também por esse motivo, ao endossar proposta do relator, decidiu o Tribunal: I) fixar prazo ao Creci/SP para que adote providências com vistas a anular a Tomada de Preços n. 05/2011; II) determinar ao Creci/SP que "abstenha-se de exigir número mínimo de atestados de capacidade técnica, bem como a fixação de quantitativo mínimo nesses atestados superior a 50% (...) dos quantitativos dos bens e serviços que se pretende contratar, a não ser que a especificidade do objeto o recomende, situação em que os motivos de fato e de direito deverão estar devidamente explicitados no processo



SIMPEX

CNPJ Nº 07.734.631/0001-83

Coleta, Transporte e Destino Final de Resíduos Sólidos Urbanos Ltda.

administrativo da licitação". Precedentes mencionados: Acórdãos ns. 3.157/2004, da 1ª Câmara, 124/2002, 1.937/2003, 1.341/2006, 2.143/2007, 1.557/2009, 534/2011, 1.695/2011, e 737/2012, do Plenário. Acórdão n.º 1.052/2012-Plenário, TC 004.871/2012-0, rel. Min. Marcos Bemquerer Costa, 2.5.2012.

O acervo técnico do licitante deve ser compatível com mais de 50% do Projeto Básico tomando-se por base os itens mais relevantes da Planilha Orçamentária da obra ou serviço de engenharia.

Estabeleça, por ocasião da avaliação da qualificação técnico-operacional das empresas licitantes, percentuais mínimos acima de 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância da obra ou serviço, salvo em casos excepcionais, cujas justificativas deverão estar tecnicamente explicitadas no processo administrativo anterior ao lançamento do respectivo edital, ou no próprio edital e seus anexos, em observância ao inciso XX I do art. 37 da Constituição Federal, inciso I do § 1º do art. 3º e inciso II do art. 30 da Lei nº 8.666/1993. Acórdão TCU 1636/2007 Plenário

Por conseguinte a exigência estabelecida no diploma editalício restringe o caráter competitivo da licitação afrontando o inciso I, § 1º do artigo 3º da Lei 8666/93 que segue:

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;

Ao cabo, para arrimar mais ainda sua impugnação, segue abaixo alguns pareceres acerca da restrição do universo dos participantes:

TCU – Acórdão 2079/2005 – 1ª Câmara – “9.3.1. abstenha-se de incluir nos instrumentos convocatórios condições não justificadas que restrinjam o caráter competitivo das licitações, em atendimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/93;”.



SIMPEX

CNPJ Nº 07.734.631/0001-83

Coleta, Transporte e Destino Final de Resíduos Sólidos Urbanos Ltda.

TCU – Decisão 369/1999 – Plenário – “8.2.6 abstenha-se de impor, em futuros editais de licitações, restrições ao caráter competitivo do certame e que limitem a participação de empresas capazes de fornecer o objeto buscado pela Administração Pública, consoante reza o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93;”

TCU- Acórdão 1580/2005 – 1ª Câmara – “Observe o § 1º, inciso I, do art. 3º da Lei 8.666/1993, de forma a adequadamente justificar a inclusão de cláusulas editalícias que possam restringir o universo de licitantes.”

Considerando as razões acima aduzidas, bem como a documentação juntada pela empresa Simplex Ltda, a sua habilitação é medida que se impõe, pois atendeu rigorosamente a todos os itens do edital.


IV - DOS PEDIDOS

Com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, **REQUER seja declarada a sua habilitação no processo licitatório, anulando-se o ato que inabilitou a recorrente**, ou as ilegalidades apresentadas trarão desluzo ao interesse público, redundando em decretação de nulidade de todo o certame e dos demais atos que a ele sucederem, visto que fere os preceitos legais acima transcritos.

Outrossim, REQUER que a autoridade ao proferir sua decisão, apresente com precisão e concretamente os fundamentos que orientam sua decisão, eis que não são suficientes alegações genéricas e abstratas a pretexto de motivar o ato.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Palmeira das Missões, 06 de novembro de 2020.



SIMPEX LTDA.
JOÃO MANOEL DA SILVA NETO

De: [LAIDES MARIA DIEL HOFFMANN](#)

Enviado: quinta-feira, 24 de setembro de 2020 18:53

Para: [Rita - Simpex - Gmail](#)

Assunto: Re: Re: LP Ampliação Simpex

ISENÇÃO invés de isenção....ôooprtuguês!

Biól. Laídes Maria Diel Hoffmann

CRbio 28352

Rua Dr. Francisco Timm, nº 227- Centro- Santa Rosa

CEP 98 780 064

Biosfera Assessoria Ambiental Ltda.

Contato (55) 9974 2080 WhatsApp

Em qui., 24 de set. de 2020 às 18:52, LAIDES MARIA DIEL HOFFMANN

<assessoriabiosfera@gmail.com> escreveu:

Oi Rita, essa foi a resposta da FEPAM, referente a Declaração de Isenção de transporte de resíduos sólidos urbanos.

Biól. Laídes Maria Diel Hoffmann

CRbio 28352

Rua Dr. Francisco Timm, nº 227- Centro- Santa Rosa

CEP 98 780 064

Biosfera Assessoria Ambiental Ltda.

Contato (55) 9974 2080 WhatsApp

----- Forwarded message -----

De: **DIRS - Divisao de Residuos** <residuos@fepam.rs.gov.br>

Date: qui., 24 de set. de 2020 às 17:58

Subject: Re: Re: LP Ampliação Simpex

To: LAIDES MARIA DIEL HOFFMANN <assessoriabiosfera@gmail.com>

Boa tarde,

a FEPAM não emite mais declaração de isenção.

As atividades isentas de licenciamento constam no anexo III da Resolução CONSEMA nº 372/2018, sendo esta a comprovação.

Att,

Eng. Química Aline Marra

Chefe da Divisão de Resíduos Sólidos e Áreas Contaminadas

DECONT/FEPAM

Telefone: (51) 3288.9474 ou 3288.9522

<http://www.fepam.rs.gov.br>



Fepam



De: Rita - Simpex

Enviado: quinta-feira, 24 de setembro de 2020 16:31

Para: LAIDES MARIA DIEL HOFFMANN

Assunto: Solicitação

Importância: Alta

Boa tarde Laides!

Estou providenciando documentos para uma licitação de coleta e transporte em Ijuí.

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a contratação de serviço de coleta de resíduos sólidos domiciliares e recicláveis:

1.1.1 Lote 01 (um): **Serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares** dentro dos limites do perímetro urbano, distrito ou localidades mencionadas do município de Ijuí e respectivo transporte até a unidade de transbordo, conforme descrição no Projeto Básico e Planilha Orçamentária (Anexo X deste edital).

1.1.2 Lote 02 (dois): **Serviços de coleta de resíduos sólidos recicláveis** dentro dos limites do perímetro urbano, distritos ou localidades mencionadas do município de Ijuí e entrega aos pontos de recebimento municipais, conforme descrição no Projeto Básico e Planilha Orçamentária (Anexo X deste edital).

Eles estão solicitando o seguinte:

e) Licenciamento ambiental e/ou declaração de Isenção da FEPAM para a execução dos serviços objeto da licitação, preferencialmente indicando a qual item da licitação refere-se a documentação apresentada;

e1) Caso o órgão ambiental não emitir a declaração de isenção em tempo hábil, poderá ser apresentada a cópia da solicitação no momento da licitação e, a posterior, deverá ser apresentada na assinatura do contrato.

Tem como você verificar para mim do que se trata este documento? E fazer a respectiva solicitação?

Aguardo,

Obrigada

Att,

Rita de Cássia da Silva

Dep. Comercial

Simpex LTDA